

Sobre as Razões da Inexistência de Uma *Questão Religiosa* Aquando do 25 de Abril de 1974. Alguns Aspetos da Ação de António Ribeiro, Cardeal Patriarca de Lisboa

Paulo Mendes Pinto*
Fernando Catarino**

Resumo

Mais de 40 anos após a Revolução de 25 de Abril de 1974, urge olhar para esse momento e compreender as dinâmicas que então se criaram e levaram a que não tivesse lugar uma significativa tensão entre os governos resultantes desse movimento revolucionário e a Igreja Católica.

Especificamente, neste texto analisamos alguns textos do então Cardeal Patriarca de Lisboa, António Ribeiro, percebendo como a estrutura central da Igreja Católica preparava o convívio com as questões sociais levantadas pela revolução. De facto, António Ribeiro, antes da revolução, levantava já algumas das questões que posteriormente seriam centrais no movimento revolucionário, tal como entre em significativa consonância com o movimento revolucionário em algumas das suas homilias e cartas imediatamente a seguir à revolução.

Palavras-chave: Revolução de 25 de Abril, Cardeal António Ribeiro, Igreja Católica, conflitos religiosos

* Coordenador da área de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona

** CICANT / Universidade Lusófona

More than 40 years after the Revolution of April 25, it is urgent to look at this moment and try to understand the dynamics of the moment and why there was no significant tension between the governments resulting from this revolutionary movement and the Catholic Church.

Specifically, in this text we analyze some texts of the Cardinal Patriarch of Lisbon, António Ribeiro, perceiving how the central structure of the Catholic Church prepared the social interaction with the social issues raised by the revolution.

In fact, prior to the revolution, Antonio Ribeiro already raised some of the issues that would later be central to the revolutionary movement, as well as being in consonance with the revolutionary movement in some of his homilies and letters immediately after the revolution.

Keywords: Revolution of April 25, Cardinal Antonio Ribeiro, Catholic Church, religious conflicts

1. A Questão

205

Numa entrevista a propósito do seu livro *A Separação do Estado e da Igreja*, Salgado de Matos (2011) lançava uma questão que é central para se compreender a forma como a população portuguesa aderiu ao processo revolucionário e, até, como se desenvolveu todo o sistema político posterior: porque não houve em Portugal uma *questão religiosa* a seguir à revolução de 1974? E esta problemática é, efetivamente, essencial na compreensão da relação entre confissões e entre religiões, e entres ambas e o Estado. Isto é, a Liberdade Religiosa, tal como a temos, em tudo é devedora da forma como a religião maioritária se relacionou com os novos poderes pós-revolução, e vice-versa.

E em primeiro lugar, porque o contexto revolucionário foi, também, o grande momento de viragem do monolitismo religioso nacional para um quadro em que surgiu uma significativa diversidade religiosa. E esta diversidade que nasce logo após o 25 de Abril, em primeiro lugar devido à chegada dos chamados *retornados* e, em segundo lugar, pelo fim do próprio regime autoritário, é a mola inevitável para que se tenha criado a necessidade de criar relações entre as diversas novas partes no teatro religioso da nação.

Contudo, neste momento interessa olhar um pouco para as maneiras como as estruturas hierárquicas do catolicismo português reagiram a um contexto de revolução e de mudança de regime que, num primeiro olhar poderia parecer radicalmente agreste. Neste caso, uma radicalização de posições, qual espelho do que tivera lugar após a Revolução de 5 de Outubro de 1910, teria conduzido as retóricas a posições e a afirmações que em nada seriam inócuas às populações.

Num jogo de equilíbrios, procuraremos mostrar neste texto que, contra imagens estereotipadas, em que à esquerda correspondia um anticatolicismo, e à Igreja Católica um conservadorismo de direita, colado ao Estado Novo, as lideranças souberam esbater essas visões enformadas por dezenas de anos de propagandas, e criar linhas de convergência que esvaziaram, na maioria das situações as tensões que seriam inevitáveis. Abordaremos, especificamente, a posição e as posturas do Cardeal Patriarca de Lisboa à época, António Ribeiro.

206 2. A Multiplicidade de Posições dos Membros da Igreja Católica

Contrariamente a uma ideia que muito se popularizou, a Igreja Católica portuguesa não foi apenas um braço do Estado Novo, materializado na célebre frase retirada das *Lições de Salazar*, «Deus, Pátria e Família». A religião massivamente seguida pelos portugueses era vista como inevitável e naturalmente colada ao regime, mas esse facto indesmentível não anula que, especialmente nas últimas décadas do regime, tenham surgido vozes e dinâmicas que colocaram em causa esse mesmo regime. De resto, mesmo nos setores e nas personagens muitas vezes mais vistas como *coladas*, existiam tensões e dissonâncias. Por exemplo, Salazar, apesar de toda a proximidade ideológica percebida, e apesar da amizade que vinha desde tempos da universidade, nunca acedeu ao pedido do Cardeal Cerejeira de criar uma Universidade Católica, o que era um óbvio instrumento para que a Igreja Católica crescesse em maturidade e em autonomia face ao Estado.

Passando a setores de menor expressão demográfica, mas socialmente com um peso ainda significativo, a visão redutora de olhar para toda a Igreja Católica como uma na sua postura perante o regime do Estado Novo, esquecia-se, na visão mais rápida e menos refletida, as vozes de dentro da estrutura católica que tinham tido ação contra o regime de Salazar, e esqueciam-se, mesmo, com muita frequência que na génese do Partido Socialista estava um importante grupo de católicos³.

A este propósito, talvez seja de referir e de não esquecer várias dinâmicas vindas de dentro do catolicismo que se afirmaram, clara e abertamente, contra o regime político de Salazar e, especialmente, contra a Guerra Colonial. Recentemente, António Araújo (2011), numa tese monumental e extremamente bem documentada, mostra-nos o efetivo lugar do que se passou em torno da Capela do Rato, dando-nos, ainda, um vislumbre muito bem montado, na sua complexidade, dos movimentos de católicos alinhados às esquerdas políticas, assim como as suas proximidades e filiação efetivamente políticas.

3. A este propósito, é de ver a longa lista de depoimentos no volume de homenagem a Frei Bento Domingues, especialmente os de Mário Soares, Maria Barroso, Saldanha Sanches e Isabel do Carmo. Cf. Dias & Pinto (2012).

3. António Ribeiro e a Sua Ação Preparadora da Mudança

207

Não será errado dizer-se que havia, apesar das diferenças, mínimos denominadores comuns entre os cristãos católicos portugueses. Esses denominadores estavam, *grosso modo*, reunidos na reinterpretação que regularmente a Igreja Católica faz da *Rerum Novarum*, de 1891, que em 1961 voltará a ter novo documento interpretador (João XXIII, 1961). Nos denominadores conseguidos, não só nessa visão social, como também no Concílio Vaticano II, António Ribeiro vai dar início a uma verdadeira *primavera ribeirista*, preparando, em muito, uma aproximação aos valores que seriam, inevitavelmente, os decorrentes e centrais numa mudança de regime que se adivinhava como inevitável a um médio prazo.

De facto, os documentos emanados pela então Conferência Episcopal Portuguesa, então presidida por Manuel Almeida Trindade, bispo de Aveiro, e pelo próprio Cardeal Patriarca são imagem disso mesmo: numa readaptação pós-conciliar da Doutrina Social da Igreja, a Igreja Católica portuguesa atualizava-se e preparava todo o seu *argumentário*, todo o seu léxico, aos tempos de franca aproximação às respostas que a esquerda daria nos anos seguintes, exatamente como oitenta anos antes a *Rerum Novarum* fazia ao dar respostas a questões que, na altura, apenas aos movimentos radicais de esquerda interessavam, atualizando brutalmente a doutrina religiosa.

Um ano antes da revolução já se consegue perceber que todo um novo léxico estava já integrado no discurso de António Ribeiro. Claramente atento ao mudar do mundo, possivelmente por dentro e com ecos vindos dos setores católicos mais ligados às esquerdas, no ano de 1973 saem da sua pena vários textos que preparam os fiéis e a hierarquia, especialmente os párocos, para novos tempos.

Bastante significativa é a Carta Pastoral *A Penitência*, a propósito da quaresma de 1973. Dividida em três partes, a terceira, "A Quaresma Tempo de Penitência", apresenta-nos um interessante ponto 3. que é um verdadeiro apelo à participação cívica em torno de ideais que facilmente identificamos com os que a 25 de Abril do ano seguinte ganham foro de dinâmica vencedora. O motivo teológico de que se municia o Cardeal Patriarca é a caracterização do pecado, já não apenas como algo relativo ao indivíduo, mas sim relativo ao coletivo: «O pecado do homem não tem incidências apenas no indivíduo, mas faz com que a

208 própria sociedade se encontre em estado de pecado do qual todos são responsáveis» (Ribeiro, 1973a: 14). Depois de acolher nesta sua noção de pecado coletivo todos os cristãos, tornando-os cúmplices de uma necessidade de conversão, indica os campos específicos de pecado: «São índice de pecado coletivo certas situações da sociedade atentatórias de valores cristãos tais como: a verdade, o respeito pela dignidade da pessoa, a convivência social, as condições mínimas para uma vida digna, a justa liberdade de expressão, a distribuição equitativa do trabalho e dos bens, o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar» (Ribeiro, 1973a: 14).

Qual programa político, encontramos neste parágrafo diversos campos de clara crítica ao regime de Marcelo Caetano, sendo alguns dos aspetos mais genéricos, mas outros muito concretos e críticas muito acutilantes, como a referência à liberdade de expressão. Obviamente, António Ribeiro termina esta sua tirada verdadeiramente política com um regresso ao léxico e ao campo de ação tradicional, afirmando e recordando, que a «base sólida e eficaz de todas as necessárias transformações sociais» está na conversão ao evangelho – nunca se poderia dizer que o Cardeal estivesse a falar além do estritamente espiritual...

Noutro documento, emanado poucos meses depois, a *Carta Pastoral no Décimo Aniversário da «Pacem in Terris»*, de 4 de maio de 1973 (Ribeiro, 1973b), praticamente um ano antes da revolução, o centro da reflexão residirá nos Direitos Humanos, merecendo estes um ponto próprio. Mas o mais interessante é todo o Capítulo III sobre «Participação política-social» que, no seu ponto 1, nos apresenta «Participação e pluralismo» e, no 2, «Algumas condições para o exercício do pluralismo». Nestes pontos, a Igreja Católica apresenta-se, de facto, preparada para conviver com um regime radicalmente diferente do que ainda era vigente, mostrando-se conhecedora dos princípios que norteiam a pluralidade. A passagem para o referido ponto 2 é feita de forma interessante através de uma afirmação que se poderia dizer de duplo sentido, pois encaixa numa crítica ao modelo ditatorial existente em Portugal *Metrópole* e ao que se passa nas então colónias: «Nenhum povo sobreviverá, a longo prazo, se não proceder ao reconhecimento efetivo do pluralismo legítimo, isto é, do valor real da personalidade própria de cada homem, assegurando-lhe participação nas responsabilidades do todo social» (Ribeiro, 1973b: 433).

Da mesma forma, e num mais claro *recado* para a dita *Metrópole*, afirma-se: «A participação direta nos centros de decisão, que é uma das formas mais significativas da prática política, requer competência e amor à verdade» (Ribeiro, 1973b: 435).

A questão da mudança surge no final do texto, na separação entre as funções de intervenção social dos sacerdotes e do laicado: «Cabem, sobretudo, ao laicado responsabilidades diretas e participação mais intensa na renovação da ordem temporal» (Ribeiro, 1973b: 439).

4. No Momento da Fratura, o Discurso da União

Se no ano imediatamente anterior à Revolução vemos o cardeal Patriarca de Lisboa a escrever linhas em prol do pluralismo e do respeito do indivíduo, é ainda mais interessante perceber como reagiu e, numa linguagem cristã, como pastoreou o seu rebanho em tempos tão conturbados como foram os anos de 1974 e seguintes.

Ganha um especial interesse o documento emanado *A Propósito dos Acontecimentos do 25 de Abril, de 1974* (Episcopado Português, 1974a: 445-449). O documento é muito pequeno e assenta a sua apresentação na simples indicação de que a Carta Pastoral de um ano antes já continha as respostas que hoje, após a revolução, se pedem. Os bispos não se limitam a dizer que *profeticamente* já tinham sentido o correr do tempo, mas irmanam-se dos sentimentos de que estão prenhes os portugueses.

Talvez a mensagem mais forte, eventualmente, mais eficaz, resida na maneira simples, mas frontal, como esta carta posiciona a Igreja portuguesa perante o momento. Por um lado, «sentimos com todo o Povo os anseios e as esperanças da hora presente» e, por outro, «com ele nos empenhamos, dentro da nossa competência, na edificação de uma ordem social assente na verdade, na justiça, na liberdade, no amor e na paz» (Episcopado Português, 1974a: 448).

Logo de seguida, o texto explica melhor o que entende, no fundo, por «nossa competência», dando-lhe uma dupla leitura, quer de lugar e função social, a forma como esse empenho pode surgir e ser atuante, quer pela mais sólida relação entre a Igreja e o povo, muito acima das contingências da ordem social instituída e vigente em determinado momento histórico. Isto é, a Igreja portuguesa coloca-se, de forma legitimada, assim, ao lado do povo, sem ter ficado maculada

210 pela proximidade ao regime anterior, mostrando-se, ao mesmo tempo, atenta e preocupada com a ordem social, mas fora das dinâmicas que esta apresenta.

Vejamos um breve trecho de uma escrita cristalina: «A Igreja, presente no mundo e sentindo ao vivo os problemas dos homens, firma-se em realidades que transcendem os simples valores temporais. Mantém por isso a sua identidade através das mudanças históricas, mesmo quando por elas é afetada. Não lhe são indiferentes as formas de estruturação da vida social, embora lhe não caiba propor modelos concretos e soluções técnicas para a sua efetivação» (Episcopado Português, 1974a: 448).

Este sintético e eficaz texto termina com uma nota que é a simples recordação de que já antes se defendera a «participação e pluralismo», e que para as gentes «sejam asseguradas as condições da sua efetivação na verdadeira liberdade», formulando, ainda, um voto pela paz social (Episcopado Português, 1974a: 449).

Passando para a ação direta, para a pena exclusiva do Cardeal, na homilia que o Cardeal António Ribeiro proferirá a 13 de maio seguinte em Fátima, o centro das preocupações encontrar-se-á, exatamente, nestas questões, mas com algumas especificidades, com algumas tónicas que serão imagem consolidada ao longo dos anos seguintes. Referimo-nos, em primeiro lugar, ao facto de a Igreja assumir, com frontalidade, o que já em 1973 afirmara: a Igreja tem um papel na sociedade, na política; ele é, essencialmente realizado através do laicado e não dos eclesiásticos, mas todos se irmanam (Ribeiro, 1973a).

E o primeiro ponto desta sua homilia a merecer destaque, «A renovação da vida portuguesa», começa exatamente por esta ideia para a qual o Cardeal Patriarca vai buscar a imagem bíblica de Lc. 18, 11. «E ninguém pense já ter atingido a meta da renovação» (Ribeiro, 1974a: 454). E nesta frase abre todo um campo de interpretação em que coloca numa mesma dinâmica, numa mesma busca, instituição e laicado, cidadãos e crentes, ímpetos revolucionários acalorados pelo momento, e serenidade com distanciamento. De forma forte, afirma: «Uma sociedade nova precisa de homens novos. E as instituições, ainda que alteradas na forma, só deixarão de ser velhas quando forem servidas e constituídas por homens renovados» (Ribeiro, 1974a: 454).

E o lugar dos católicos é, com toda a naturalidade, na construção desta renovação que, como é óbvio para o olhar da Igreja Católica, se

deve fazer com os olhos colocados no evangelho. Mas, nunca, o momento revolucionário surge neste quadro como algo com conotação negativa. Antes pelo contrário, a narrativa afirma por diversas vezes e em várias nuances que a própria Igreja já o tinha indicado como necessário, como olha para ele como a oportunidade de renovação tanto desejada. De uma forma consequente, seguindo o fora a reta final da Nota Pastoral de 4 de maio, o texto segue para "A reconciliação fraterna dos portugueses" (Ribeiro, 1974a: 456-459).

O texto que a Igreja Católica emana imediatamente a seguir, a *Carta Pastoral do Episcopado Português: O Contributo dos Cristãos para a Vida Social e Política*, de 16 de julho de 1974, é já uma longa e muito refletida posição, que segue, no essencial, os dois documentos mais sintéticos anteriores, e que aqui nos apresenta já, mais que posições, conceitos. É o que se passa com o seu Capítulo II, «Conceito cristão de democracia» (Episcopado Português, 1974b: 477-485), em que um simples olhar pela ordenação dos pontos que o compõem é já um interessante vislumbre pela tónica que se pretendia dar ao olhar:

- A Democracia no magistério da Igreja;
- O que é democracia;
- Conceito liberal de democracia;
- Conceito marxista de democracia;
- Conceito cristão de democracia;
- Povo e massa;
- Exigências da ã democracia;
- Espírito cristão da ã democracia;
- Construir a ã democracia;
- Democracia e ensino livre;
- Democracia e meios de comunicação social.

Em seguida, o capítulo III dedica-se ao mundo partidário: «O cristão e a opção política», revelando-se uma preocupação que, apesar de endémica, não surge de forma aguerrida: o socialismo e o marxismo. De facto, já no capítulo anterior, o marxismo (ponto quarto, «Conceito marxista de democracia») tomara o maior número de linhas na

212 argumentação, quase o dobro das que foram dedicadas a «O que é democracia» e «Conceito liberal de democracia», e quase quatro vezes mais que «Construir a sã democracia», com apenas onze linhas.

Neste capítulo, de facto, o objetivo é dar ao cristão como que um manual para a opção política que se avizinha – «(...) tentaremos, nas páginas seguintes, orientá-los da maneira mais clara e simples que pudermos» (Episcopado Português, 1974b: 489).

5. O Verão Quente

O campo estava aberto para muitos exageros e muita posição de párocos de aldeia ou de pastores mais aguerridos de tomarem partido nas suas homilias a favor de um voto em detrimento de outro. Uma certa demonização do *outro*, o marxista, que «comia criancinhas ao pequeno-almoço», como se popularizou afirmar, chega mesmo a ter lugar, mas a Igreja Católica, especialmente pelo papel bem construído do seu Cardeal Patriarca de Lisboa, surge como positiva e ativa construtora da possibilidade democrática. Dentro das próprias famílias o drama reinava com posições extremadas e o choque geracional mais vivo que nunca.

Na primeira mensagem de Natal emanada pelo Cardeal António Ribeiro esse espírito de tolerância e aceitação da diferença fica bem patente ao saudar todos os portugueses sem distinção de credo ou ideologia política, pois para lá dos credos e das ideologias estão sempre, e sobretudo, as pessoas (cf. Ribeiro, 1974b: 3). Aproveitando o espírito natalício de paz e de concórdia, tantas vezes aproveitado para reconciliações, António Ribeiro revela um profundo conhecimento acerca do drama que muitas famílias estavam a viver com as cisões provocadas por posições políticas extremadas, e apela a que: «algumas destas nuvens parecem já toldar o horizonte. Importa não as avolumar, nem fabricá-las artificialmente, onde não existem. Há, isso sim, que dissipá-las todas, levadas pelos ventos sadios do diálogo sereno e construtivo, do empenhamento lúcido e ousado, no projeto comum de construir um Portugal melhor, onde Deus e os homens tenham o seu lugar» (Ribeiro, 1974b: 7).

O medo de que um comunismo absolutista emergisse da instabilidade democrática que se vivia em Portugal era uma preocupação real quer para a Igreja Católica quer para todos os setores mais à direita.

A vivência de um regime totalitário estava ainda bem presente e a ferida ainda por sarar levava a extremismos de parte a parte. O Cardeal António Ribeiro aponta um caminho, uma direção e urgência de atuação, aproveitando esta fase de mudança e alterações profundas vividas em Portugal, exorta: «Esta é a hora providencial de emendar o que estava errado, de corrigir os desvios da missão de um povo, de lançar os alicerces de uma nova organização social, onde reinem a verdade, a justiça, a fraternidade, o amor e a paz. É a hora do trabalho criador e da iniciativa destemida. É a hora de, com o nosso esforço, e o contributo das nossas ideias e ações, firmarmos um regime verdadeiramente democrático, em que os reais interesses coletivos prevaleçam sobre os egoísmos individuais e sobre o exclusivismo monopolista das fações partidárias» (Ribeiro, 1974b: 9-10).

Já na homilia da missa de natal, perante os seus féis, o Cardeal não deixa de exortar a uma implicação e militância dos cristãos no empenhamento na construção de uma nova ordem social, de uma nova dinâmica para Portugal. António Ribeiro relembra aos católicos que o nascimento de Jesus traz consigo uma necessidade de implicação das coisas divinas nas coisas humanas, pela encarnação de Cristo, os católicos devem perceber que o cristianismo é uma atuação e implicação no mundo, sem medos ou complexos: «A segunda exigência humana, inerente ao nascimento de Jesus é a da presença empenhada, a da encarnação do cristão no mundo. (...) O cristianismo não é ópio nem alienação; é dinamite que permanentemente revolve o mundo, até às profundezas do seu ser. (...) Refiro-me também à revolução que o cristianismo exige, no campo económico, social, cultural e político. Nestes e noutros campos é necessário que os cristãos estejam bem ativos, sob pena de renegarem a sua condição. (...) Não tenham receio de sujar as mãos ou a face. À semelhança de Cristo encarnado, não tenham medo de assumir e fazer seus todos os autênticos valores e aspirações de mais justiça e liberdade, de mais igualdade e respeito pela dignidade humana, de mais equidade na distribuição das riquezas produzidas, de ampla promoção das classes desfavorecidas a níveis de vida dignos de serem vividos, de generalizada participação de todos no debate e na escolha dos melhores esquemas de ordenação social e política» (Ribeiro, 1974c: 24-26).

Já na celebração do dia mundial da paz, em 1975, o Cardeal Patriarca de Lisboa faz menção ao fim da guerra (questão que tanto contribuiu

214 para uma atitude de oposição da Igreja ao Estado Novo, sobretudo a partir da ascensão de Marcello Caetano ao poder e da eleição de António Ribeiro como Patriarca de Lisboa substituindo o Cardeal Cerejeira), congratulando-se por ser este o primeiro dia da Paz que Portugal vivia sem conflito: «Entre nós, celebramos o dia da paz, nos sete anos passados com o país em guerra. Felizmente, hoje, Portugal deixou de estar em guerra (...)» (Ribeiro, 1975a: 31).

Mas, parecendo adivinhar o que se aproximava nesse ano de 1975 com o chamado *Verão Quente*, o Cardeal deixa um alerta em ordem a uma estabilidade social e política onde as ambições pessoais e partidárias não se sobrepusessem ao respeito pelo outro. «A campanha eleitoral que se aproxima irá certamente reacender as lutas partidárias, que, por serem de interesse e de ideias, dividem profundamente. Urge que, sobre tais motivos de divisão, prevaleçam os motivos mais fortes e gerais de união. Que a celebração do dia da Paz, em sintonia com o movimento de reconciliação do Ano santo, seja ocasião e estímulo para um agir mais válido nesse sentido» (Ribeiro, 1975a: 33).

Já na Homilia do próprio dia mundial da Paz, o Cardeal António Ribeiro volta a referir a paz conquistada com o fim da guerra nas ex-colónias, destacando os malefícios que a guerra trouxe ao país, roga para que as negociações de paz com as ex-colónias possa servir a todos e a todos dignificar contribuindo para uma paz firme e duradoura: «Durante o ano agora findo (1974), tiveram os portugueses a alegria de ver raiar, no horizonte, o termo de uma guerra que lhes consumia as vidas e os isolava do convívio das nações. Temos de agradecer a Deus o dom da paz concedida a Portugal. Que o ano novo permita levar a bom termo as negociações de paz com os povos africanos de expressão lusíada e que, dentro das fronteiras da nossa Pátria, não surjam entre os portugueses as guerras e os ódios» (Ribeiro, 1975b: 33).

Esta posição ponderada e assertiva do Cardeal António Ribeiro numa fase tão conturbada do país será um património de inigualável prestígio que a Igreja Católica em Portugal vai saber gerir e que lhe vai permitir participar, com outras forças políticas e sociais, na construção de uma boa e sólida relação entre Estado, partidos políticos e Igreja Católica.

Em fim de ciclo, já com Verão Quente ultrapassado, é interessante retomar o jogo de palavras que António Ribeiro vai buscar à Teologia e às imagens da Páscoa judaica. Numa homilia de Páscoa, centrada no

título *O fermento velho e o pão ázimo da pureza e da verdade* (Ribeiro, 1978), o Patriarca de Lisboa acolhe, denuncia e critica todo um grupo de situações que preocupavam a sociedade, cristã ou não, sem contudo cair na simples crítica ao novo regime. Mais, na imagem do *fermento velho*, António Ribeiro critica claramente os que desejariam regressar atrás, ao regime deposto: «A verdade, porém, é que muitas vezes seu comportamento [do cristão] de todos os dias não dá mostras disso. Acontece que, frequentemente, continua a pensar e a viver, segundo os impulsos do *fermento velho*» (Ribeiro, 1978: 3).

Termina esta sua homilia com um repto para que o cristão não seja apenas aquele que denuncia, mas que desenvolva um «empenhamento sério de transformação positiva da sociedade. O Evangelho exige-lhe que passem à vanguarda, coloca-lhes no espírito a insatisfação que procura sempre o mais perfeito».

Bibliografia

- Araújo, A. (2011). *A Oposição Católica no Marcelismo: O Caso da Capela do Rato*. Orientação de Manuel Braga da Cruz, 2011. Tese de doutoramento em História na Universidade Católica Portuguesa.
- Dias, M.J. & Pinto, P.M. (coords.) (2012). *Frei Bento Domingues. O Incómodo da Coerência*. Lisboa: Edições Paulinas.
- Episcopado Português (1974a). "Nota Pastoral do Episcopado: A propósito dos acontecimentos do 25 de Abril, de 1974". In: *A Igreja no Mundo. Doutrina Social da Igreja. Documentos Pontifícios e Episcopais*. Lisboa: União Gráfica, pp. 445-449.
- Episcopado Português (1974b). "Carta Pastoral do Episcopado Português: O contributo dos cristãos para a vida social e política", de 16 de julho de 1974. In: *A Igreja no Mundo. Doutrina Social da Igreja. Documentos Pontifícios e Episcopais*. Lisboa: União Gráfica, pp. 463-498.
- João XXIII (1961). *Mater et Magistra*. Online: <http://w2.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_15051961_mater.html> (referência de 03-05-2015).
- Matos, L. (2011). *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e Conflito Entre a Primeira República e o Catolicismo. 5 de Outubro de 1910-28 de maio de 1926*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Ribeiro, A. (1973a). *A Penitência*. Lisboa: Secretariado de Acção Pastoral.

- 216 Ribeiro, A. (1973b). "Carta Pastoral no Décimo Aniversário da «Pacem in Terris»", de 4 de maio de 1973. In: *A Igreja no Mundo. Doutrina Social da Igreja. Documentos Pontifícios e Episcopais*. Lisboa: União Gráfica, pp. 413-443.
- Ribeiro, A. (1974a). "O Momento Atual da Vida Portuguesa. Homilia do Cardeal-Patriarca de Lisboa, na missa da peregrinação de 13 de maio de 1974, em Fátima". In: *A Igreja no Mundo. Doutrina Social da Igreja. Documentos Pontifícios e Episcopais*. Lisboa: União Gráfica, pp. 451-458.
- Ribeiro, A. (1974b). Cardeal Patriarca de Lisboa, *Mensagem de Natal 1974*, Lisboa: Centro de Documentação Pastoral do Patriarcado.
- Ribeiro, A. (1974c). Cardeal Patriarca de Lisboa, *Homilia do cardeal-patriarca, na missa da meia noite do Natal de 1974, na Sé patriarcal*. Lisboa: Centro de Documentação Pastoral do Patriarcado.
- Ribeiro, A. (1975a). Cardeal Patriarca de Lisboa, *Nota pastoral sobre o dia da paz de 1975*. Lisboa: Centro de Documentação Pastoral do Patriarcado.
- Ribeiro, A. (1975b). Cardeal Patriarca de Lisboa, *Homilia do cardeal na missa da celebração do dia mundial da Paz de 1975 - Igreja do Sagrado Coração de Jesus, Lisboa*. Lisboa: Centro de Documentação Pastoral do Patriarcado.
- Ribeiro, A. (1978). *O Fermento Velho e o Pão Ázimo da Pureza e da Verdade*. (Homilia no Pontifical do Domingo de Páscoa, 26 de março de 1978). Lisboa (exemplar datilografado).